

Silêncio do governo sobre cobrar de quem pode pagar mais é revelador

Nelson Barbosa

Folha de S.Paulo, 07/07/2017

Em maio de 2016, dois dias antes do afastamento da presidente Dilma Rousseff, o Ministério da Fazenda publicou o primeiro [Relatório Anual de Distribuição de Renda e Riqueza no Brasil](#).

O objetivo da iniciativa era apresentar dados sobre nossa desigualdade com base nas informações do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

De acordo com a [portaria MF 165/16](#), a Receita Federal deveria divulgar anualmente os dados do IRPF por cada grupo de 1% dos contribuintes (centil).

A mesma portaria determinou que o 1% mais rico deveria ser desagregado por milésimos do total de declarações, para viabilizar uma análise mais detalhada do "andar de cima".

Em março deste ano, sem alarde ou divulgação, o fisco atualizou os dados de 2014 e 2015 [em sua página da internet](#). Os números indicam que, em 2015, os 10% mais ricos da população concentraram 47,4% do total da renda pessoal, isto é, da renda tributável pelo IRPF acrescida de dividendos e rendimentos sujeitos à tributação exclusiva.

A concentração foi ainda maior na riqueza, pois os 10% mais ricos tinham em mãos 56,3% do total de bens e direitos líquidos declarados ao governo em 2015.

No alto da pirâmide dos contribuintes, o 1% mais rico —273 mil declarações ou famílias— concentra 19,4% da renda e 31,1% da riqueza em 2015. A média da renda tributável desse grupo foi de R\$ 1,5 milhão em um ano.

E, no topo da pirâmide, o 0,1% mais rico —apenas 27,3 mil famílias— recebeu 9,2% da renda e deteve 16,2% da riqueza declarada no IRPF de 2015. A renda média tributável desses hiper-ricos foi de R\$ 7,1 milhões por ano.

O funcionamento do capitalismo gera e requer algum grau de desigualdade. Porém, quando a desigualdade é excessiva, ela acaba por prejudicar o próprio funcionamento da economia e da sociedade, como indicam estudos recentes do Prêmio Nobel de Economia [Joseph Stiglitz](#) e [até mesmo do FMI \(Fundo Monetário Internacional\)](#).

Diante da elevada desigualdade da renda e da riqueza no Brasil, aumentar a progressividade de nossos tributos diretos pode ajudar o reequilíbrio fiscal e estimular o crescimento da economia.

Já há várias iniciativas nesse sentido no Congresso Nacional, desde [projetos inviáveis, de criar um imposto sobre grandes fortunas](#), até propostas mais razoáveis, sobre um [imposto sobre grandes heranças](#) (definidas como valores acima de R\$ 5 milhões).

E existem outras alternativas além de tributar heranças. Os dados do IRPF indicam que as famílias brasileiras receberam R\$ 322 bilhões em lucros e dividendos e R\$ 251 bilhões em rendimentos sujeitos à tributação exclusiva em 2015.

Uma tributação adicional de apenas dois pontos percentuais sobre essas fontes de renda poderia, portanto, gerar um ganho permanente de arrecadação de R\$ 11,4 bilhões a preços de 2015.

Para efeito de comparação, esse valor é quase igual ao que o governo espera arrecadar temporariamente com mais uma antecipação de receita neste ano, R\$ 13 bilhões do novo Refis.

O silêncio da equipe econômica sobre a aritmética da tributação sobre renda e riqueza é revelador de quem ela representa. O reequilíbrio fiscal requer um ajuste da despesa e da receita do governo. Ao focar somente a despesa, o governo abandonou a alternativa de melhorar suas contas cobrando imposto de quem pode e deve pagar mais.